

Relatório de Atividades - Goiânia 20/11/79.

CEDI - P. I. B.
DATA 31, 12, 86
COD 00015

Assunto : Acompanhamento Comissão pró-Ilha do Bananal.

O convite para participação nessa reunião foi feito em setembro do corrente quando de minha visita à Ilha do Bananal, ocasião em que estive com D. Pedro Casaldáliga em São Félix do Araguaia e no Tapirapé. A idéia a respeito de reunir um grupo de pessoas ligadas à problemática de terra e em especial ligadas à Ilha do Bananal e ao problema fundiário do vale do Araguaia surgiu numa conversa havida na aldeia Tapirapé entre a equipe da Prelazia que trabalhava em educação, Luís e Eunice Gouveia, o Bispo da Prelazia de São Felix, D. Pedro e as Irmãs de Jesus, Missionárias.

Tratava-se portanto de uma reunião da Prelazia e da sua equipe que trabalhava na Pastoral indígena. Marcou-se para dia 20 de novembro, posteriormente, para se reunir um grupo de pessoas em Goiânia para se tentar definir melhor o caráter dessa comissão informal que começava assim a se formar. Presentes à reunião estavam D. Pedro, Hamilton (CIMI), Marcelo (Beneditino ligado à CPT), Egidio Schwade (CIMI) e eu, convidado a participar por trabalhar com os Javaé da Ilha do Bananal e por estar representando o CEDI.

A reunião era portanto da Prelazia de São Félix, CPT e CIMI Nacional. Iniciou-se com um pequeno histórico a respeito da situação social da Ilha do Bananal (Ler relatório "Os Javaé e a defesa de sua terra" de minha autoria) em que se procurou não só ver os problemas atuais mais candentes (como o das terras indígenas) mas as perspectivas para a região. Não foram definidas nesta reunião nem a composição da comissão, nem o espaço de sua atuação. Apresentou-se alguns nomes, como sugestão, que poderiam fazer parte dessa comissão : Olímpio Serra antropólogos de Brasília e Goiânia, Comitê de defesa da Amazônia, CPT Nacional (a ser discutido em reunião do Conselho da mesma dias 10-17/12) e ANAI Brasília. A comissão contaria como se viu com as pessoas e entidades de apoio principalmente do eixo Brasília-Goiânia e entidades como CPT e CIMI Nacionais o que se dá algumas pistas para a compreensão de sua composição diz pouco sob a forma concreta de luta pela resolução dos graves conflitos que atravessa a Ilha atualmente. Optou-se por acompanhar o processo das terras indígenas e posseiros, a questão do aspecto legal do Parque Indígena do Araguaia que são os pontos cruciais e que requerem rapidamente um esclarecimento por parte de pessoas que se disponham a acompanhar a questão. A comissão poderia ter, como uma de suas formas de luta a denúncia, via parlamentar ou pela Imprensa dos problemas que atualmente existem na Ilha e que necessitam de um pronunciamento do Estado para se tornarem pelo menos comprien-

síveis sob sua forma jurídica (como o problema da desativação e reativação do Parque do Araguaia. Ligados ao problema de Legislação estariam o Pe. Iasi e Olímpio Serra que fariam para fim de janeiro de 80 um levantamento da situação nesse aspecto. Ocupando-se do acompanhamento da questão no campo estariam Pe. Faliero, que se ocuparia de acompanhar a situação dos posseiros que vivem em área indígenas, para a cobertura do problema nas aldeias foram indicados a equipe de Pastoral indígena da Prelazia e eu entre os Javaé.

Essas pessoas fariam uma cobertura então dos problemas da Ilha nesses três aspectos : questão jurídica, questão social, que cobriria o problema dos índios e dos posseiros. Esses relatórios seriam apresentados na reunião de 02/02/80 em Goiânia quando seriam apresentados nomes e entidades que participariam da nascente comissão.

Nessa reunião se definiriam então as coordenadas básicas do trabalho que se inicia. O CEDI não só foi convidado a participar (convidou-se o Beto de CEDI SP) como convidado a propor nomes que poderiam fazer parte da comissão. Nessa reunião é que seriam, efetivamente, traçadas as prioridades e ~~fatos~~ um balanço, baseado nas informações obtidas, traçaria-se as linhas de atuação da comissão que, por enquanto, são muitas (que foram mencionadas): uma comissão de massa que se lançasse através de um Ato público, uma comissão de entidades (CIMI e CPT) com atuação preferencial junto à opinião pública, através da Imprensa ou uma comissão basicamente de Igreja que contasse com a participação de entidades de apoio e com alguns antropólogos que tornariam a comissão numa "frente ampla" da sociedade civil. Naturalmente não será a presença "bifônica" de antropólogos que transformarão o caráter básico da comissão que o de ser iniciativa do CIMI, CPT e Prelazia de São Félix.

André Toral

André Toral - CEDI SP 07/12/79.
Centro Ecumênico de Documentação e Informação

- CEDI -

Buenos Aires/SP - Av. Elginópolis, 983 - 01239